

# Jornal ADUFOP

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
SEÇÃO SINDICAL

EDIÇÃO 3 - ANO 2  
MARÇO/2015

## CRISE BATE À PORTA DA UNIVERSIDADE

A crise generalizada, política, econômica e de credibilidade, chega às portas da universidade. O lema "Pátria Educadora" anunciado pela presidente Dilma Rousseff no início do ano sofre desgastes no dia a dia. O mais recente e emblemático com a estapafúrdia demissão do ministro da Educação, Cid Gomes, no dia 18 de março, foi um verdadeiro ato de afronta, que desqualificou de maneira acintosa e ao vivo o trabalho parlamentar do Legislativo. O governo Lula foi pródigo em demitir ministros da Educação, como Cristóvão Buarque demitido por telefone no primeiro mandato, mas desta vez realmente a situação extrapolou o razoável. A insensatez com a Educação já havia começado em janeiro deste ano, com o Decreto Presidencial 8.389/2015 que determinou a redução do valor para execução orçamentária em 2015, o que resultou na necessidade do contingenciamento imediato de 33,33% (ou 1/3 do orçamento) dos recursos para "despesas específicas e de caráter inadiável" das universidades federais. No dia 16 de março, o governo anunciou que vai liberar a verba às instituições federais no valor mensal de praxe de 1/12 do montante anual previsto e não 1/18 como estava sendo praticado.

Para o vice-presidente da ADUFOP, professor Douglas Barboza, lotado no Departamento de Serviço Social, o clima ainda é de insegurança. "As consequências dos cortes no orçamento da Educação não tardaram a revelar sua face perversa no interior das universidades federais, que em

2014, já haviam sofrido o bloqueio de créditos". Nas diversas esferas da comunidade acadêmica da UFOP, o cenário de contingenciamento já é uma realidade. Segundo relato publicado pela diretoria do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), há dificuldade de estoque de material de limpeza, de manutenção de construção civil, elétrica, hidráulica e de rede, cortes nos números de bolsas e restrições na liberação de diárias e passagens, escassez de material de laboratório, dentre outros. O corte dos terceirizados também é uma realidade. "Com a demissão do ministro, o atual cenário que já é complicado, se torna agudo, exigindo uma análise de conjuntura que seja capaz de mobilizar a categoria para as batalhas do ano de 2015", completa o professor Douglas.

### ASSEMBLEIA GERAL DIA 26 DE MARÇO

A diretoria da ADUFOP realiza no próximo dia 26 de março, Assembleia Geral da entidade, às 14h, no auditório do Bloco de Salas de Aula, no *Campus* Morro do Cruzeiro, em Ouro Preto. Na pauta estão os informes sobre os processos jurídicos em andamento, a questão dos critérios de avaliação para progressão na carreira docente, assim como deliberações sobre atividades sindicais com vistas ao engajamento dos docentes da UFOP no calendário de lutas da Campanha Salarial 2015.

## 34º CONGRESSO DO ANDES DEFINE PLANO DE LUTAS EM ANO DE CRISE

Intensos debates e novas propostas de lutas nortearam o 34º Congresso do ANDES ocorrido no final de fevereiro, em Brasília. Na pauta de reivindicações aprovada para o setor das federais, a defesa do caráter público da Educação e a garantia da função social das instituições federais de ensino em prol da classe trabalhadora, a defesa do projeto de carreira única do ANDES para o magistério federal, condições de trabalho, salário e a luta contra a retirada de direitos previdenciários, entre outros.

Para o professor Joaquim Toledo, que representou a ADUFOP no congresso, o sentimento geral foi de indignação com o descaso com a Educação. "Precisamos

aumentar o número de participantes da ADUFOP nos congressos para ampliarmos nossas discussões e trocar ideias sobre os temas debatidos", disse.

O presidente do ANDES, Paulo Rizzo, avaliou positivamente o evento. "O 34º Congresso foi altamente vitorioso porque teve participação ativa dos delegados e foi possível, a partir da avaliação da conjuntura, afirmar um Plano de Lutas que será implementado esse ano, mobilizando a categoria para enfrentarmos os ataques que estamos sofrendo", disse.

Foi aprovado o CONAD Extraordinário, nos dias 2 e 3 de maio, e o 35º Congresso, em 2016, será em Curitiba-PR.





## DIRETORIA ADUFOP GESTÃO 2014-2016

Prof. Luís Antônio Rosa Seixas  
*Presidente*

Prof. Douglas Ribeiro Barboza  
*Vice-Presidente*

Prof. Paulo Ernesto Antonelli  
*1º Secretário*

Prof. Aluísio Finazzi Porto  
*2º Secretário (licenciado)*

Prof. Ricardo Silvestre da Silva  
*1º Tesoureiro*

Prof. Joaquim Batista de Toledo  
*2º Tesoureiro*

## CONSELHO DE REPRESENTANTES

### Escola de Farmácia

Profª Mônica Cristina Teixeira

Profª Vanja Maria Veloso

Profª Vanessa Carla Furtado Mosqueira

### Escola de Minas

Prof. Edison Tazava

Prof. Geraldo Donizette de Paula

### ICHS

Prof. Marcelo Santos de Abreu

### Escola de Nutrição

Profª Késia Diego Quintaes

Profª Marília Alfenas de Oliveira

Prof. Marcelo Eustáquio Silva

### ICEA

Prof. Wagner Ragi Curi Filho

Prof. Thiago Augusto de Oliveira Silva

### ICEB

Prof. Hildeberto Caldas de Souza

### CEDUFOP

Prof. Heber Eustáquio de Paula

### CEAD

Profª Janete Flor de Maio Fonseca

### Escola de Medicina

Prof. Rodrigo Pastor Alves Pereira

### Jornal ADUFOP

Redação, edição, diagramação e fotografia

Lícia Ribeiro - (MTb 08397JP)

Projeto gráfico - AllType Publicidade

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica 101

### ADUFOP - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto

Endereço: Rua Francisco Pignatário, 151,  
Bauxita - Ouro Preto-MG - CEP: 35400-000

E-mail: [adufop.comunicacao@gmail.com](mailto:adufop.comunicacao@gmail.com)

Telefone: (31) 3551-5247

Twitter: @adufopsindical

Facebook: [www.facebook.com/adufop](http://www.facebook.com/adufop)

A crise no atual governo tem se refletido fortemente na Educação, e 2015 promete ser um ano de retomada da luta da categoria docente. Em muitas universidades federais, as demissões de terceirizados, corte de bolsas, de viagens e até a falta de verba para pagamento de contas já é uma realidade. Já nas estaduais, como as do Paraná, o ano teve início com uma intensa mobilização com greve em diferentes setores. Nesse cenário, o Plano de Lutas das Instituições Federais de Ensino (IFES) proposto no Congresso do ANDES e a Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais darão o norte ao trabalho de mobilização da categoria. Será decisivo abrir o diálogo com o governo e conseguir negociação efetiva em torno da pauta de reivindicações apresentada pelo conjunto dos servidores públicos federais ao Ministério do Planejamento, mas também a pauta específica dos docentes protocolada no Ministério da Educação. Existe sim um cenário de

apreensão, pois o descaso com os problemas imediatos da Educação e a falta de perspectiva de negociação, aliada a insatisfação geral decorrente da insegurança quanto a possibilidade de melhoria nas condições de trabalho, salário e na carreira docente, podem precipitar a deflagração de greve neste ano.

Nesta edição do Jornal ADUFOP, a entrevista com a professora Marinalva traz um pouco sobre essa conjuntura de lutas e perspectivas de mobilização. No plano interno, as discussões em torno de um novo formato institucional, com a apresentação dos trabalhos da Comissão Estatuinte é outro ponto que deve tomar a atenção da categoria docente neste ano. É importante a participação dos docentes nesse processo, de modo que a propositura de modificações ao Estatuto da instituição possa se transformar em algo positivo para o desenvolvimento profissional.

Diretoria ADUFOP  
Gestão 2014-2016

## ESTATUINTE PROPÕE MUDANÇAS PARA UFOP

De longa data, uma parcela expressiva da comunidade acadêmica tem reclamado junto ao Conselho Universitário da UFOP a necessidade de promover um amplo debate no sentido de repensar a estrutura e o *modus operandi* da instituição. Questões como representatividade nos diferentes conselhos, organograma e hierarquia entre instâncias administrativas, transparência, autonomia, eficiência administrativa, entre outras, precisariam ser revistas à luz das novas dinâmicas das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como o impacto decorrente do exponencial aumento do número de alunos em cursos de graduação e pós-graduação, seja presencial ou a distância. Enfim, a lista é longa, e nada mais natural que indagar se a atual estrutura institucional tem sido capaz de atender adequadamente todos os atuais imperativos da atividade acadêmica. Nesse sentido, deu-se início no final de 2013, ao

chamado processo Estatuinte na UFOP. Desde então, uma comissão formada por docentes, técnicos-administrativos e alunos se reúne para estudar, debater e elaborar propostas de modificação do Estatuto. Para o diretor da ADUFOP, professor Paulo Ernesto Antonelli, lotado no Centro Desportivo da UFOP (CEDUFOP), "a diretoria da entidade considera importante que esse processo avance no sentido de trazer melhores condições de trabalho e funcionamento institucional".

Em abril, a comunidade acadêmica terá a oportunidade de conhecer o atual estágio do trabalho realizado pela comissão.

### Confira a agenda de audiências:

- Dia 14 de abril - João Monlevade 13h - ICEA
- Dia 15 de abril - Mariana 9h - ICHS / 13h - ICESA
- Dia 16 de abril - Ouro Preto 9h - ICEB / 14h - DEGEO

## Atualização de débitos judiciais da Fazenda Pública Federal: o servidor à espera de pronunciamento do STF

Uma das questões jurídicas mais polêmicas dos últimos tempos é a fixação e aplicação de critérios de atualização das dívidas da Fazenda Pública que, nos termos do art. 100 da Constituição Federal, são pagas por meio de precatórios ou requisições de pequeno valor, conforme se trate, respectivamente, de dívida superior ou inferior a 60 salários mínimos (patamar adotado para Administração Federal).

Antes de 2000, a Constituição não previa a atualização dos precatórios (não existia requisição de pequeno valor, para o prazo de até 90 dias). Com isso, ocorriam infindáveis execuções sucessivas, para atualização do crédito entre a expedição do precatório originário e o pagamento. O pagamento das dívidas decorrentes de decisões judiciais era em inúmeros casos comprometido pela ausência de sanção imposta aos gestores públicos.

A Emenda Constitucional nº 30, de 2000, foi um marco para o cidadão quanto à matéria, ao modificar o art. 100 da Constituição trazendo, entre outras inovações, a previsão de que os precatórios devem ser atualizados monetariamente até o pagamento, e cria a RPV. Nova modificação do art. 100 ocorreu por meio da Emenda nº 62, de 2009, que acrescentou o § 12, prevendo que a atualização e os juros de

mora aplicáveis às dívidas da Fazenda Pública seguiriam os índices da poupança. Entretanto, a questão foi levada ao STF, que por meio de julgamento das ADIns 4357 e 4425 concluiu não ser constitucional a aplicação do índice da poupança para correção monetária das dívidas da Fazenda Pública, porque o índice não reflete a inflação real acumulada, em prejuízo dos credores.

Poderia o STF ter solucionado definitivamente a questão, já estabelecendo os limites da sua decisão e o critério de aplicação temporal (se a decisão retroagiria, ou se aplicaria apenas aos processos em curso, a partir de determinada data), por meio de instrumento chamado modulação de efeitos, que foi deixado para momento posterior. Com isso, alguns estados e municípios optaram por suspender o pagamento dos precatórios, argumentando não ter segurança jurídica quanto ao montante pago, até que a questão fosse definitivamente solucionada.

Embora já declarada a inconstitucionalidade do critério da poupança para atualização monetária (não quanto aos juros), o ministro relator, Luiz Fux, determinou aos estados e municípios que prosseguissem no pagamento das suas dívidas, mas pelo critério do art. 100, § 12, da Constituição, ratificado pela Lei 11.960/2009.

No âmbito da Justiça Federal já havia sido determinada a revisão das tabelas de atualização monetária, substituindo a poupança pelo IPCA. A par disto, sucessivas decisões monocráticas dos ministros do STF passaram a aplicar também à Administração Federal o critério provisório que o relator adotou para estados e municípios. E assim multiplicam-se hoje os recursos da AGU nas execuções discutindo muitas vezes apenas a atualização monetária. Também no âmbito da Justiça Federal chegou a ser proferida decisão, obviamente objeto de recursos, entendendo que até o STF modular os efeitos da sua decisão não há parcela incontroversa, mesmo que a AGU tenha reconhecido como líquida e certa parte substancial da dívida. O prosseguimento das execuções quanto à parte incontroversa é uma medida judicial que o próprio STF, há longa data, concluiu ser legítima.

A Assessoria Jurídica da ADUFOP vem se desdobrando para dar prosseguimento a todas as execuções em curso e assegurar, no mínimo, o pagamento imediato (se por RPV) ou a expedição do precatório quanto à parcela incontroversa, e ressaltando o direito às diferenças caso a decisão do STF na modulação de efeitos seja mais favorável ao servidor.

## ADUFOP RECEBE PROFESSORES DE MINAS E ESPÍRITO SANTO

Representantes das seções sindicais de docentes das universidades de Lavras (ADUFLA), UFMG (Coletivo de Professores), Viçosa (ASPUV), Juiz de Fora (APES-JF), Vale do Jequitinhonha e Mucuri (ADOM), Cefet-MG (SINDCEFET-MG), e do Espírito Santo (ADUFES) participaram do 88º Encontro da Regional Leste, na sede da ADUFOP, em Ouro Preto. Nos dias 6 e 7 de fevereiro, professores da ativa e aposentados puderam trocar experiências e discutir sobre a carreira docente e os temas do Congresso do ANDES.

Os professores Amauri Fragoso, da Federal de Campina Grande e atual 1º tesoureiro do ANDES, e Márcia Cristina de Almeida, do Colégio de Aplicação da Federal de Viçosa falaram sobre as

distorções que a carreira docente têm sofrido ao longo dos anos. “Estamos naturalizando as precarizações e não vemos que a lógica do governo não é de valorizar, e sim é camuflar a essência de rebaixamento da carreira”, destacou a professora. Para Amauri, “temos que lutar por melhores condições de trabalho, reestruturação da carreira, valorização salarial de ativos e aposentados e respeito à autonomia universitária”, disse.

Para o presidente da ADUFOP, professor Luís Seixas, foi um prazer receber o encontro na sede da entidade. “O evento inaugurou do ponto de vista político a nossa nova

sede”. O professor Jamil Ferreira, atual chefe do Departamento de Matemática da UFOP, destacou a importância dos docentes participarem dos eventos do sindicato. “Foi muito esclarecedora a exposição sobre a carreira e os colegas deveriam se aproximar mais do sindicato para entenderem melhor a carreira e sobre seus direitos”, completou.



# ENTREVISTA

## Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente do ANDES

Foto: ANDES

*Doutora em Psicologia, a professora Marinalva Silva Oliveira é atuante em defesa da universidade e dos direitos dos docentes. Foi diretora da seção sindical do Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP) e presidente do ANDES.*

*Em entrevista ao **Jornal ADUFOP**, ela fala sobre as perspectivas de mobilização para 2015 e o Plano de Lutas das universidades federais.*



**Há um sentimento geral de insatisfação com o governo Dilma devido a atual crise no país. Como isso foi sentido no 34º Congresso do ANDES e quais as perspectivas de lutas para os docentes este ano?**

O Congresso do ANDES é a instância máxima de deliberação do Sindicato e ocorre uma vez por ano, geralmente no início de cada ano. É no Congresso que elaboramos nosso plano de lutas além de deliberar sobre a centralidade da luta, ou seja, o que será central para a nossa luta durante o ano de 2015. Neste 34º Congresso os docentes analisaram que o governo antes mesmo de terminar o mandato, em dezembro de 2014, já editou as \*\*Medidas Provisórias 664 e 665 que retiram os direitos dos trabalhadores. Após assumir, o velho novo mandato, o governo faz cortes no orçamento e a Educação sofreu o maior corte de verbas de custeio, que já são sentidos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), especialmente pelo fato de que são R\$ 7 bilhões retirados da educação pública. Algumas universidades já adiaram o retorno do ano letivo, diversos setores como creches e restaurantes universitários não estão funcionando, a verdade é que as universidades já estavam em situação de penúria nos últimos anos. Desta forma, a situação para resolver a crise está sendo centrada na retirada de di-

reitos dos trabalhadores e no corte de verbas da Educação e Saúde, que são direitos da sociedade. O 34º Congresso do ANDES analisou a conjuntura e deliberou pela pauta da campanha salarial da categoria e em conjunto, dos Servidores Públicos Federais (SPF), compreendendo que só com muita luta e unidade barraremos os ataques do governo aos nossos direitos. O ano de 2015 já mostra para os docentes que mais do que nunca devemos fortalecer a defesa da educação pública.

**A greve dos docentes foi um dos pontos levantados no Congresso, caso não haja negociação com o governo. Como avalia esse indicativo?**

O 34º Congresso do ANDES deliberou uma série de ações de mobilizações na pauta específica da categoria docente e na pauta em unidade com os SPF. Assim, teremos em março uma rodada de assembleias das seções sindicais do setor das federais para discutir a construção da greve, que será pautada em reunião do setor das IFES nos dias 28 e 29 de março. Nós deliberamos pela discussão em assembleias sobre a construção da greve e na reunião do setor das federais, pautaremos essa discussão considerando o que as assembleias indicarem. É necessário fortalecer a mobilização, pois a história está aí

para mostrar que só com mobilização e pressão teremos conquistas.

**O Congresso do ANDES resultou em uma agenda de lutas que inclui um CONAD Extraordinário e rodada de assembleias. A proposta para este ano é promover um forte embate pela carreira docente e outras lutas?**

Estamos construindo a luta em várias frentes. No Fórum das Entidades dos SPF já protocolamos a pauta da Campanha Salarial dos SPF para 2015 e tem reunião marcada com o ministro do Planejamento no dia 20 de março; também já protocolamos a pauta da Campanha Salarial Específica da categoria e no dia 10 de março, tivemos uma reunião com o Ministério da Educação. Outro ponto central é o Congresso da CSP Conlutas que ocorrerá em junho de 2015. A CSP Conlutas é a nossa central e precisamos fortalecê-la no processo de reorganização da classe trabalhadora e dos movimentos populares. Assim é importante articular com os demais trabalhadores a luta e para isso é fundamental intensificar a participação na CSP Conlutas. O CONAD Extraordinário foi aprovado como parte de fortalecimento e enraizamento da CSP na base da categoria, como forma de avançar no processo de reorganização dos trabalhadores e dos movimentos populares.

**\*\*No dia 30 de dezembro de 2014 a presidente da República editou as Medidas Provisórias nº 664 e 665, que, entre outros assuntos, determinam novas regras para acesso a benefícios previdenciários:**

**- Abono salarial**

Antes: Quem trabalhava um mês durante o ano – e recebia até dois salários mínimos – tinha direito a um salário mínimo como abono. Agora: Carência de seis meses de trabalho ininterruptos e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado.

**- Seguro desemprego**

Antes: Carência de seis meses de trabalho. Agora: Carência de 18 meses na primeira solicitação; 12 meses na segunda e seis meses a partir da terceira.

**- Auxílio Doença**

Antes: Benefício de 91% do salário do segurado, limitado ao teto do INSS. A empresa arcava com o custo de 15 dias de salário antes do INSS. Agora: O teto é a média das últimas 12 contribuições e as empresas arcam com o custo de 30 dias de salário antes do INSS.